

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES – em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Períodos findos em 30 de setembro de 2015
e 31 de dezembro de 2014**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

Senhores Acionistas,

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções (**INEPAR**), em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos relevantes do terceiro trimestre, acompanhados das Demonstrações Financeiras, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2015.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação e em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano.

Os efeitos sobre os saldos patrimoniais da aprovação do Plano deverão ser refletido nas demonstrações financeiras de dezembro de 2015, cujos valores serão considerados de acordo com o mecanismo de escolha definido no Plano de Recuperação Judicial, ou seja, os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto o prazo encerrou-se em 24 de julho de 2015.

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de Recuperação Judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05 (a LFRE).

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de Recuperação Judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- i. Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- ii. Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- iii. Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- iv. Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e 25 de novembro, visando as emissões das ações e debentures necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial. Portanto, os efeitos das conversões das dívidas em ações e debentures serão refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os últimos anos e ano de 2015 foram de grandes desafios para o Grupo Inepar. A queda da atividade econômica, a diminuição dos investimentos em infraestrutura, a crise que atravessa o setor de Óleo e Gás chegou ao seu ápice e o aumento de todos os custos de produção, afetaram diretamente todo o planejamento que a empresa desenvolveu para seu crescimento e retomada para o ano de 2016. Além de todos estes fatores exógenos o

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

status de empresas em recuperação judicial impactou profundamente no acesso a linhas de capital de giro junto ao sistema financeiro e um longo e árduo processo de manutenção da carteira de contratos em vigor.

A nova administração empossada em Setembro de 2014, já dentro do ambiente de recuperação judicial, iniciou um forte processo de ajuste interno em todas as empresas do Grupo visando à adequação de suas estruturas a este novo ambiente em que a empresa passou a conviver. O fortalecimento de um centro de serviços compartilhados, o ajuste e adequação da capacidade fabril na IESA Projetos, Equipamentos e Montagens em Araraquara, a manutenção dos principais contratos vigentes na IESA Óleo & Gás, a busca por capital de giro para a manutenção das atividades operacionais e a busca por soluções estratégicas para o melhor uso dos ativos existentes no grupo vem consolidando o cenário propício para que, a partir do ano de 2015, a Companhia apresente resultados financeiros e econômicos positivos.

Os anos de 2014 e 2015 também foram marcados pela profunda renegociação das dívidas do grupo, através dos assessores Financeiros e Jurídicos do Grupo, Banco Brasil Plural S.A., Felsberg Advogados e Freire, Assis, Sakamoto e Violante Advogados, respectivamente. O processo de recuperação Judicial trouxe à mesa todos os principais credores do Grupo INEPAR, o que permitiu iniciarmos um processo de profunda renegociação dos passivos financeiros existentes visando à adequação da estrutura de capital necessária para as principais empresas do grupo.

Nosso objetivo em 2015 foi alcançado com a finalização das negociações com os credores do grupo. No Plano de Recuperação Judicial proposto em 24 de novembro de 2014 preconizamos a retomada do Grupo Inepar em fases:

- i. Fase de ajuste na estrutura de capital do grupo – esta fase foi iniciada em Agosto de 2014 com a entrada do Grupo Inepar no ambiente de Recuperação Judicial visando, de forma organizada, alinhar os interesses de todos *stakeholders* do Grupo e buscar uma solução estruturada de adequação do endividamento global das empresas. Para esta fase, foi proposto no Plano de Recuperação Judicial, um processo de *Debt/Equity Swap*, onde se buscava uma massiva conversão das dívidas existentes em posições de *equity* ou *equity* equivalente na empresa.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

- ii. Fase de adequação do fluxo de caixa do Grupo – Concomitantemente ao trabalho desenvolvido junto aos principais credores, também foram e ainda estão sendo desenvolvidas ações para monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando à adequação do fluxo de caixa para o ano de 2015 e para os próximos anos. Um dos primeiros resultados obtidos foi à venda de fatia da participação da IESA Projetos Equipamentos e Montagens, em sua Joint Venture com a empresa Triunfo Construtora, a TIISA S.A.
- iii. Durante o exercício de 2015 esperamos ainda consolidar outras operações de fusão e aquisição que trarão importantes impactos positivos em temas críticos ao grupo. Estas ações estão associadas a iniciativas em outras áreas, tal como a consolidação do Programa REFIS, ao qual aderimos em 2014 e em setembro de 2015 fizemos a consolidação dos débitos tributários no âmbito da PGFN e da RFB. No momento estamos aguardando a liberação da RFB do programa operacional para a consolidação dos débitos previdenciários. Todas as ações nos permitirão liberar penhores em ativos do grupo e concretizar operações com foco em capital de giro.

O fechamento da operação de venda da participação do grupo Inepar na empresa Andritz Hydro Inepar, iniciado antes de a empresa peticionar a recuperação judicial, foi finalizada com sucesso neste exercício. Seus benefícios se estendem desde ao acesso dos recursos para pagamentos da parcela inicial do parcelamento, bem como das parcelas mensais do REFIS, como nos permitirão cumprir com as obrigações assumidas nas negociações realizadas com Itiquira Energética e Swiss RE, as quais encerraram uma discussão jurídica que se estendia há anos no judiciário e que libera, no seu fechamento, penhores judiciais sobre quase todos ativos do Grupo.

O foco nas operações de venda de ativos e acordos com credores específicos foram seletivamente definidos para trazerem ganhos não só financeiros, mas também, e talvez tão importantes quanto, ganhos na estrutura de capital e na estrutura societária do Grupo INEPAR.

Outras operações estão sendo analisadas visando suportar a reestruturação global do Grupo, em ativos operacionais e não operacionais. Com a aprovação e homologação do plano de Recuperação Judicial, está em andamento um processo organizado de desmobilização de ativos. Todos os

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

recursos serão utilizados para a reestruturação e para capital de giro referente a atividades operacionais do Grupo INEPAR.

REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL - ações já executadas e em andamento

Como forma de acelerar o processo de recuperação da INEPAR destacamos abaixo algumas ações que estão sendo desenvolvidas em diferentes níveis da empresa:

Societário e Administração

- i. Foi transferida para a cidade de Araraquara/SP a administração central do Grupo Inepar;
- ii. Os sócios fundadores da Inepar deixaram de exercer cargos ligados a administração direta da empresa, focando sua atuação no conselho de administração da empresa.
- iii. Em 18/09/2014 foi eleito o Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel como Diretor Presidente (CEO) do GRUPO Inepar, com mandato até 31/12/2015, em substituição a César Romeu Fiedler.

DÍVIDA

(i) Tributário

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014, e após a consolidação final da dívida da Companhia no âmbito do referido programa, apresentará substanciais reflexos sobre saldo devedor de tributos federais, bem como sobre seu fluxo de caixa. A adesão ao referido Refis permite uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015 foi concedida decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI. Na consolidação dos débitos no âmbito da RFB e PGFN realizada em setembro de 2015 já utilizamos parte destes créditos para liquidação da antecipação prevista na Lei 12.966/2014. As consolidações

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

dos débitos tributários estão sendo efetuadas de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015.

(ii) Transparência no Balanço

A Companhia informa que, atendendo às ressalvas feitas pelos auditores, revisou em 2014 os valores do passivo das operações envolvendo CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, razão pela qual efetuou os devidos ajustes com as contrapartes para conciliação dos valores.

OPERACIONAIS

(i) integração das atividades de administração (Centro de Serviços Compartilhados – CSC)

O grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada. Por consequência dessa decisão, o grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. No decorrer do segundo semestre de 2014 a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, que deverá ser consolidado até o fim do exercício de 2015. Nesse período, a companhia obteve resultados perceptíveis – a exemplo do quadro de funcionários que foi reduzido em mais de 300 pessoas, gerando uma redução de custo superior a R\$50 milhões por ano.

(ii) Revisão das análises contratuais

Também fruto da segregação das atividades, até o segundo semestre de 2014, o grupo possuía diversos serviços administrativos terceirizados com diferentes companhias. Em busca de ganhos de escala, a companhia buscou concentrar, até o limite do comprometimento da produtividade, trabalhos em apenas algumas companhias/ escritórios (escolhendo sempre os que melhor realizam seus trabalhos). Com isso, o grupo INEPAR almeja melhorar as condições de pagamentos e preços cobrados por esses terceiros selecionados.

(iii) Melhor gestão de *supply chain* e controle de estoque

Em função do novo modelo de vendas, mais voltado a serviços de industrialização, houve uma redução do volume de compras. Desta forma, foi promovida uma centralização das áreas de Suprimentos, Outsourcing e

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS** **EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**

Global Source, cuja racionalização das atividades permitiu um ajuste da equipe ao longo do segundo semestre de 2014, sendo observada uma redução significativa do quadro funcional.

Foi criada e estruturada a área de Gestão de Materiais, que teve o início de suas atividades já em janeiro de 2015. Suas principais atividades são (i) o planejamento e abastecimento dos materiais de estoque, parametrizando o sistema operacional (SAP) com o *lead time*, níveis de segurança e lotes econômicos de aquisição, tornando-se automáticas as emissões de requisições; (ii) acompanhar o giro de materiais estocados, principalmente neste início de monitoramento, dando outro destino aos materiais, cujas movimentações se mostrarem pouco frequentes e (iii) aperfeiçoar a distribuição interna de materiais, racionalizando os centros de distribuição existentes (sub-almoxarifados), os horários de distribuição e a equipe funcional. Esta nova estrutura da área de Gestão de Materiais contempla uma Central de Cadastro, responsável pelo controle da codificação de cada item a ser inserido no sistema operacional SAP, garantindo desta forma a não duplicidade de códigos, tendo também uma significativa e fundamental participação na padronização de itens junto a Engenharia de Produto, focando a conciliação de itens mais comerciais.

(iv) Ganho na utilização fabril

Ao longo de 2014 a fábrica do grupo INEPAR localizada em Araraquara executou mais de 1,2 milhão de horas, motivando a necessidade de trabalhar em três turnos devido a gargalos em algumas atividades do processo de produção, principalmente usinagem. Com o atual cenário pouco promissor para novas encomendas, no qual a Andritz Hydro é a principal cliente do grupo, estimamos para 2015 uma queda de 18% na carga total de fábrica, o que gerou a necessidade de adequação do quadro de funcionários, que foi realizado em agosto de 2015. Esta adequação mostrou-se necessária, para que os custos operacionais sejam compatíveis com a situação econômico-financeira da Companhia, sempre vislumbrando a recuperação e continuidade de suas atividades. Este cenário nos indica melhora nos resultados operacionais a partir do exercício de 2016.

(v) Melhoria contínua dos processos

Todas as metas do processo produtivo estão sendo revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, já se sabe que haverá a necessidade de investimentos (CAPEX), iniciando-se pelos que demandarem poucos recursos financeiros.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

(vi) Integração do Sistema SAP no processo produtivo

A integração do sistema SAP no processo produtivo, junto com os investimentos nos atuais gargalos, garantirá ao grupo INEPAR uma análise mais profunda de quais são os novos gargalos do sistema produtivo, bem como preparar e implementar ações para contorná-los. A integração do SAP no processo produtivo também permitirá analisar possíveis perdas de matérias primas em cada uma das atividades e, com esses dados, realizar projetos específicos de readequação de processos para que essas perdas sejam reduzidas.

(vii) Consolidação das áreas administrativas e desenvolvimento de KPI (*key performance indicator*)

Desde o início do ano o time de administração de Araraquara tem consolidado áreas como, por exemplo, a engenharia de projetos que foi unificada e o outsourcing que foi absorvido pela área de suprimentos. Essas consolidações permitiram a companhia eliminar custos atrelados referentes a essas áreas bem como reduzir o quadro de funcionários. Além dessa consolidação de áreas, o grupo INEPAR está em processo de desenvolvimento de ferramentas de KPI (*key performance indicator*) que serão utilizadas na gestão.

A busca pelo ambiente de Recuperação Judicial, realizado em agosto de 2014, previa, além da reestruturação dos passivos do grupo e a proteção de seus ativos durante o processo, a necessidade de um alinhamento global de seus *stakeholders*.

O principal objetivo que se espera obter com o processo de recuperação, consolidado na aprovação do plano, é sairmos deste momento delicado com o Grupo Inepar revigorado em sua estrutura de capital, com capacidade e potencial para aproveitar novamente as ondas de investimentos que o Brasil necessita, e certamente voltará a implementar, especialmente na área de infraestrutura.

Comentários de Desempenho Econômico

As despesas com vendas, administrativas e gerais no consolidado apresentaram uma redução de aproximadamente 20% em relação ao mesmo período de 2014, principalmente pela redução dos efetivos das

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

**Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

controladas Ilesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., e Ilesa Óleo & Gás S.A. e também pelas medidas de austeridade adotada pela Companhia.

Quanto à redução no acumulado das despesas financeiras líquidas de R\$ 157,6 milhões em 09/2014, para R\$ 98,4 milhões em 09/2015, deu-se em função do pedido de Recuperação Judicial, onde a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos foram renegociados com redução das taxas de juros, e, por serem classificados como credores quirografários, não foram atualizados até 30 de setembro de 2015.

O resultado do período foi positivo em R\$ 95,1 milhões, contra prejuízo de R\$ 444,7 milhões do mesmo período reapresentado do exercício anterior, em função principalmente, da reversão da provisão de futuras perdas operacionais no valor de R\$ 141,4 milhões, contabilizado em dezembro de 2014, referente ao processo mantido com a Itiquira Energética e também pelo reconhecimento dos ganhos neste exercício dos débitos fiscais reconhecidos conforme Lei nº 12996, de 18 de junho de 2014.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2015 e com as

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
ATIVO	Nota	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.480	2.667	7.603	4.833
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	16.634	5.826	115.436	99.765
Contas a receber de clientes a faturar	7	-	10.391	16.374	61.502
Títulos e valores mobiliários	8	32.779	32.780	32.804	32.805
Estoques	9	-	-	325.691	375.581
Títulos a receber	10	-	-	17.664	17.929
Créditos de impostos	11	27.311	12.314	51.390	28.090
Dividendos a receber		-	-	8.560	8.582
Despesas antecipadas		1	3	1.853	597
Outros créditos	12	5.656	1.586	27.060	33.350
Total do Ativo Circulante		83.861	65.567	604.435	663.034
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	-	-	36.828	36.828
Contas a receber de clientes a faturar	7	482	482	482	482
Partes relacionadas	23	101.013	33.194	173.650	158.303
Títulos a receber	10	7.774	7.774	7.894	7.774
Títulos e valores mobiliários	8	12.423	11.265	71.616	70.458
Créditos de impostos	11	105.388	101.834	150.264	140.116
Depósitos judiciais		19.703	15.205	44.328	40.089
Outros créditos	12	-	-	43.322	60.364
Investimentos	13	503.646	528.502	579.212	622.574
Imobilizado	14	139.990	145.124	393.738	411.502
Intangível	15	391.513	391.513	422.976	458.980
Total do Ativo Não Circulante		1.281.932	1.234.893	1.924.310	2.007.470
Total do Ativo		1.365.793	1.300.460	2.528.745	2.670.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2015	31/12/2014 REAPRESENTADO	30/09/2015	31/12/2014 REAPRESENTADO
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		24.187	19.493	206.930	205.405
Financiamentos e empréstimos	16	412.150	886.122	641.987	1.123.416
Debêntures	17	114.359	110.083	570.320	566.044
Salários e encargos sociais		16.102	13.343	288.143	327.570
Impostos e contribuições a recolher	18	188.385	54.376	274.250	201.876
Dividendos propostos		10.493	10.493	10.739	10.739
Provisão de custos e encargos	19	-	-	344.596	347.682
Adiantamentos de clientes	20	-	-	186.617	190.334
Títulos a pagar	21	30.631	30.631	34.794	33.024
Outras contas a pagar	26	52.967	18.635	102.951	57.252
Total do Passivo Circulante		849.274	1.143.176	2.661.327	3.063.342
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	16	488.574	390	516.178	23.851
Salários e encargos sociais		-	-	16.382	-
Impostos e contribuições a recolher	18	249.827	450.189	438.278	648.343
Partes Relacionadas	23	412.852	327.190	20.209	10.958
Impostos diferidos	22.1	73.350	74.197	113.745	115.403
Títulos a pagar	21	26.754	26.367	27.572	27.498
Provisão de custos e encargos	19	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	24	79.740	221.157	117.044	260.301
Provisão para passivo a descoberto	25	561.983	535.257	595	595
Outras contas a pagar	26	17.923	15.096	23.871	21.037
Total do Passivo Não Circulante		1.913.306	1.652.146	1.276.177	1.110.289
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Participação dos minoritários		-	-	(11.972)	(8.265)
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	27	398.977	398.977	398.977	398.977
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		-	1.995	-	1.995
Reserva de reavaliação		51.864	53.767	51.864	53.767
Prejuízos Acumulados		(1.923.077)	(2.025.694)	(1.923.077)	(2.025.694)
Ajuste de avaliação patrimonial		78.522	79.166	78.522	79.166
		(1.396.787)	(1.494.862)	(1.396.787)	(1.494.862)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(1.396.787)	(1.494.862)	(1.408.759)	(1.503.127)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.365.793	1.300.460	2.528.745	2.670.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações de Resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Nota	30/09/2015	30/09/2014 REAPRESENTADO	30/09/2015	30/09/2014 REAPRESENTADO
Receita operacional líquida	17.923	27.851	273.102	477.499
Custos dos produtos e serviços	(2.821)	(15.778)	(227.051)	(605.669)
Lucro bruto	15.102	12.073	46.051	(128.170)
Receitas [despesas] operacionais	55.544	(388.090)	(31.455)	(178.351)
Despesas com vendas	(28)	(879)	(12.429)	(14.881)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	(401)	875	(767)	216
Administrativas e gerais	(18.284)	(16.171)	(74.528)	(92.522)
Provisões para contingências	24 141.417	-	140.187	1.668
Outras receitas e despesas operacionais	30 (31.361)	(1.409)	(78.906)	(68.070)
Resultado da equivalência patrimonial	(35.799)	(370.506)	(5.012)	(4.762)
Resultado operacional	70.646	(376.017)	14.596	(306.521)
Despesas financeiras	31 (70.095)	(183.542)	(163.336)	(323.455)
Receitas financeiras	31 15.179	113.337	64.945	165.874
Resultado antes do imposto de renda	15.730	(446.222)	(83.795)	(464.102)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	22.2 395	416	1.031	1.332
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22.2 78.949	1.195	173.325	7.154
Participações administradores/funcionários	-	(90)	-	(353)
Participações acionistas minoritários	-	-	4.513	11.268
Lucro (Prejuízo) do Período	95.074	(444.701)	95.074	(444.701)
Quantidade de ações ordinárias ao final do período	39.892.065	39.892.065		
Quantidade de ações preferenciais ao final do período	<u>63.136.159</u>	<u>63.136.159</u>		
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	869,51	(4.067,07)		
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	<u>956,46</u>	<u>(4.473,78)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Lucros			Lucros ou (Prejuízos) Acumula- dos	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controlado- res no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total	
	Subscrito		Reservas de Capital	Reserva Legal	Ações em Tesouraria		Lucros a Disposição Assembléia	Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP				Ajuste de Avaliação Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2013 - Reapresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	(8.303)	54.022	(1.320.014)	61.589	74.561	(5.910)	(741.321)	14.945	(726.376)
Prejuízo do Exercício							(781.437)				(781.437)	(23.443)	(804.880)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)							4.395				4.395		4.395
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CEMAT)							8.615				8.615		8.615
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (PENTA)							415				415		415
Ajustes de Instrumentos Financeiros										9.043	9.043		9.043
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas										5.428	5.428		5.428
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	233	233
Outros Resultados Abrangentes											14.471	233	14.704
Resultado Abrangente Total											(753.541)	(23.210)	(776.751)
Reserva Legal				(2.209)			2.209				-		-
Reserva de Capital			(2.626)				2.626				-		-
Reserva de Lucros						(54.022)	54.022				-		-
Realização da Reserva Reavaliação							7.822	(7.822)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado							3.956		(3.956)		-		-
Em 31 de dezembro de 2014 - Reapresentado	398.977	(3.073)	1.995	-	(8.303)	-	(2.017.391)	53.767	70.605	8.561	(1.494.862)	(8.265)	(1.503.127)
Lucro do Período							95.074				95.074	(4.513)	90.561
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)							3.296				3.296		3.296
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas										1.700	1.700		1.700
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior										-	-	806	806
Outros Resultados Abrangentes											1.700	806	2.506
Resultado Abrangente Total											100.070	(3.707)	96.363
Reserva especial de ágio na incorporação			(1.995)								(1.995)		(1.995)
Realização da Reserva Reavaliação							1.903	(1.903)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado							2.344		(2.344)		-		-
Em 30 de setembro de 2015	398.977	(3.073)	-	-	(8.303)	-	(1.914.774)	51.864	68.261	10.261	(1.396.787)	(11.972)	(1.408.759)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais)

	30/09/2015	30/09/2014
		REAPRESENTADO
Resultado Líquido do Período	95.074	(444.701)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexa	3.296	11.912
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	9.044
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	1.700	1.491
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	806	172
Participação dos Minoritários	(4.513)	(11.268)
Resultado Abrangente do Período	96.363	(433.350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2014

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) do período	95.074	(444.701)	95.074	(444.701)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	5.080	5.128	16.430	16.607
Ganho / Perda na alienação de imobilizado/investimentos	(38.660)	-	24.936	2.864
Reversão prov. perdas imobilizado/investimentos	-	-	-	(151)
Equivalência patrimonial	35.799	370.506	5.012	4.762
Baixa dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - FIDC	-	7.152	-	7.152
Participação de acionistas minoritários	-	-	4.513	11.268
Variações monetárias e cambiais	17.331	76.674	34.799	154.652
Impostos diferidos	(78.949)	(1.195)	(173.325)	(7.154)
Provisões (Reversões)	(141.417)	-	(152.681)	163.825
Lucro/Prejuízo do período ajustado	(105.742)	13.564	(145.242)	(90.876)
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de Clientes	(417)	(294)	29.457	92.124
Estoques	-	8.153	49.890	21.557
Títulos a receber	-	(435)	145	(20.166)
Dividendos a receber	-	3.080	-	-
Créditos de impostos	(18.935)	78	(34.267)	11.789
Despesas antecipadas	2	166	(1.256)	2.355
Outros créditos	(8.568)	(38.756)	19.093	(56.748)
	(27.918)	(28.008)	63.062	50.911
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	4.694	(424)	1.525	29.364
Salários e encargos sociais	2.759	5.300	(23.045)	97.620
Impostos e contribuições a recolher	12.990	12.976	36.451	17.989
Provisão para impostos diferidos	(859)	(881)	(1.657)	(6.637)
Adiantamentos de clientes	-	-	(3.717)	(64.903)
Títulos a pagar	387	2.446	1.844	952
Outras contas a pagar	37.159	(21.926)	46.654	(16.993)
	57.130	(2.509)	58.055	57.392
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(76.530)	(16.953)	(24.125)	17.427
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	21	10.080
Aquisições de novos investimentos	1.995	-	1.995	(27.184)
Baixas de investimentos	-	-	-	3.690
Ganho sobre participações	-	-	(3.392)	4.787
Títulos e Valores Mobiliários	-	167.879	-	178.623
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	(3)	(354)	(15.525)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(67.819)	7.691	(15.347)	2.686
Recebimento pela venda de imobilizado/Investimentos	57.500	-	57.500	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.324)	175.567	40.423	157.157
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	-	27.505
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	(112.834)	(20.784)	(256.395)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	(1.284)	-	(14.599)
Operações de mútuos com empresas ligadas	85.662	(66.515)	9.251	(14.802)
Debêntures	-	(9.726)	-	-
Reserva especial de ágio na incorporação	(1.995)	-	(1.995)	-
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	83.667	(190.359)	(13.528)	(258.291)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES	(1.187)	(31.745)	2.770	(83.707)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	2.667	34.464	4.833	97.032
Saldo final do caixa e equivalentes	1.480	2.719	7.603	13.325
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES	(1.187)	(31.745)	2.770	(83.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2014.

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
RECEITAS	8.958	35.988	256.172	496.418
Venda de mercadorias, produtos e serviços	18.601	30.690	301.485	494.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(401)	875	(768)	(2.468)
Outras Receitas / Despesas	(9.242)	4.423	(44.545)	4.864
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	187.449	(24.948)	(7.224)	(579.125)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(363)	-	(197.888)	(125.853)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	187.812	(24.948)	190.664	(453.272)
VALOR ADICIONADO BRUTO	196.407	11.040	248.948	(82.707)
Depreciação e Amortização	(5.080)	(5.128)	(16.430)	(16.607)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	191.327	5.912	232.518	(99.314)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(20.620)	(257.169)	59.933	161.112
Resultado de Equivalência Patrimonial	(35.799)	(370.506)	(5.012)	(4.762)
Receitas Financeiras	15.179	113.337	64.945	165.874
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	170.707	(251.257)	292.451	61.798
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	5.424	6.887	32.244	179.027
Salários e encargos	4.252	4.842	19.539	126.418
Benefícios	871	1.614	9.545	28.911
FGTS	301	431	3.160	23.698
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2	2.886	5.284	9.351
Federais	-	2.886	-	9.618
Estaduais	-	-	-	(2.136)
Municipais	2	-	5.284	1.869
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	70.207	183.671	164.362	329.389
Juros	70.095	183.542	163.336	323.455
Alugueis	112	129	1.026	5.934
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	95.074	(444.701)	90.561	(455.969)
Resultado do período	95.074	(444.701)	95.074	(444.701)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(4.513)	(11.268)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	170.707	(251.257)	292.451	61.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 455 – Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visa proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quorum na primeira convocação, a assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Itiquira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta assembleia foi adiada para 13/05/2015, às 10 horas.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 25 de julho de 2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S/A Indústria e Construções, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro de 2015, visando as emissões das ações e debêntures necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial. Portanto, os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures serão refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

REESTRUTURAÇÃO

Como forma de acelerar o processo de recuperação da Inepar várias ações estão sendo desenvolvidas em diferentes níveis da empresa:

Societário e Administração

- (i) Foi transferida para a cidade de Araraquara/SP a administração central do Grupo Inepar.
- (ii) Os sócios fundadores da Inepar foram destituídos de cargos ligados a administração direta da empresa, focando sua atuação no conselho de administração.
- (iii) Em 18/09/2014 foi eleito o Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel como Diretor Presidente (CEO) da Inepar, em substituição a César Romeu Fiedler, com mandato até 31/12/2015.

Dívida

(i) Tributário

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014, e em setembro de 2015, efetuou a consolidação dos débitos junto a RFB e PGFN e está aguardando a liberação do programa para a consolidação dos débitos previdenciários. A Empresa utilizou os benefícios fiscais previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015 foi concedida decisão judicial favorável para a utilização de créditos depositados judicialmente pela AHI (Andritz Hidro Inepar). A consolidação final dos débitos tributários está sendo efetuada de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Transparência no Balanço

A Companhia informa que, atendendo às ressalvas existentes no relatório dos auditores independentes, revisou os valores do passivo das operações envolvendo CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, razão pela qual, no exercício de 2014 efetuou os devidos ajustes com as contrapartes para conciliação dos valores.

Operacionais

(i) **integração das atividades de administração (CSC)** – o grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada. Por consequência dessa decisão, o grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. No decorrer do segundo semestre de 2014 a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, que deverá ser consolidada até o fim de 2015. Nesse período, a companhia obteve resultados perceptíveis, a exemplo do quadro de funcionários que foi reduzido em mais de 300 pessoas, gerando uma redução superior a R\$ 50 milhões por ano.

(ii) **Revisão das análises contratuais** – também fruto da segregação das atividades até o segundo semestre de 2014 o grupo possuía diversos serviços administrativos terceirizados com diferentes companhias - como exemplo citamos os escritórios advocatícios, os quais somavam mais de 10. Em busca de ganhos de escala por meio de oferecer mais trabalhos a apenas algumas companhias/ escritórios. Contudo, o grupo iniciou um processo de unificação (escolhendo sempre os que melhor realizam seus trabalhos) dessas atividades em apenas poucas companhias/ escritórios. Com isso, o grupo INEPAR almeja melhorar as condições de pagamentos e preços cobrados por esses terceiros selecionados.

(iii) **Melhor gestão de supply chain e controle de estoque** – Em função do novo modelo de vendas, mais voltado a serviços de industrialização, houve uma redução do volume de compras. Desta forma, foi promovida uma centralização das áreas de Suprimento, Outsourcing e Global Source, cuja racionalização das atividades permitiu um ajuste da equipe ao longo do segundo semestre de 2014, sendo observada uma redução do quadro funcional da ordem de 60%, comparando set/2014 com dez/2013.

Foi criada e estruturada a área de Gestão de Materiais, com o início de suas atividades a partir de janeiro de 2015. Suas principais atividades serão (i) o planejamento e abastecimento dos materiais de estoque, parametrizando o sistema operacional (SAP) com o *lead time*, níveis de segurança e lotes econômicos de aquisição, tornando-se automática as emissões de requisições; (ii) acompanhar o giro de materiais estocados, principalmente neste início o dos já existentes, dando outro destino aos materiais que não se observarem movimentações frequentes e (iii) otimizar a distribuição interna de materiais, racionalizando os centros de distribuição existentes (sub-almoxarifados), os horários de distribuição e a equipe funcional. A estrutura da área de Gestão de Materiais criada contempla uma Central de Cadastro, responsável pelo controle da codificação de cada item a ser inserido no sistema operacional SAP, garantindo desta forma a não duplicidade de códigos, tendo também uma significativa e fundamental participação na padronização de itens junto a Engenharia de Produto, focando a conciliação de itens mais comerciais.

(iv) **Ganho na utilização fabril** – Ao longo de 2014 a fábrica de Araraquara do grupo INEPAR executou mais de 1,2 milhões de horas, motivando a necessidade de trabalhar em três turnos devido a gargalos em algumas atividades do processo de produção, principalmente usinagem. Esses gargalos além de gerarem custos extras (transportes dos funcionários, novo turno de refeitório, energia, água, entre outros) também são responsáveis por criarem ociosidade em outras atividades da produção ao longo dos outros dois turnos, reduzindo consideravelmente a utilização fabril, que encerrou 2014 com apenas 83%. Com o atual cenário pouco promissor para novas encomendas, onde a Andritz Hydro é a

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

principal cliente do grupo, a Empresa realizou uma nova readequação no quadro de funcionários em agosto de 2015.

(v) **Melhoria contínua dos processos** – Todas as metas do processo produtivo foram revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabe-se da necessidade de investimentos, CAPEX, dos quais alguns estão sendo implantados durante o ano de 2015, dando prioridades para os que demandam poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

(vi) **Integração do Sistema SAP no processo produtivo** – A integração do sistema SAP no processo produtivo, junto com os investimentos nos atuais gargalos, garantirá ao grupo INEPAR uma análise mais profunda de quais são os novos gargalos do sistema produtivo e preparar as implementações para contorná-los. A integração do SAP no processo produtivo também permitirá analisar possíveis perdas de matérias primas em cada uma das atividades e realizar projetos específicos para que essas perdas sejam readequadas/ reduzidas.

(vii) **Consolidação das áreas administrativas e desenvolvimento de KPI** – Desde o início do ano o time de administração de Araraquara tem consolidado áreas, por exemplo: a engenharia de projetos que foi unificada e o outsourcing que foi absorvido pela área de suplementos. Essas consolidações permitiram a companhia eliminar custos atrelados referentes a essas áreas bem como reduzir o quadro de funcionários. Além dessa consolidação de áreas, o grupo INEPAR está em processo de desenvolvimento de ferramentas de KPI (key performance indicator) que serão utilizados na gestão.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S/A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	Participação - %	
	30/09/2015	31/12/2014
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para “*impairment*” se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com a Resolução CFC no. 1.411/12 que deu nova redação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 17 – Contratos de Construção do Conselho Federal de Contabilidade.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- (iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor até 30 de setembro de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS nº9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS nº 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS nº 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2018 e substitui a IAS 11 – Contratos de construções, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

NOTA 4 – REAPRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1.979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva do balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014, compreendidas pelas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 apresentadas para fins de comparação, que são identificados com a nomenclatura “Reapresentado”.

Abaixo quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos reapresentados nestas informações:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Posição contábil em 31/12/2014	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 31/12/2014
Controladora				
<u>Passivo não Circulante</u>				
Impostos e contribuições a recolher	(a)	125.459	324.730	450.189
Provisão para passivo a descoberto	(a)	454.191	81.066	535.257
<u>Patrimônio Líquido</u>				
Prejuízos acumulados até 2013	(a)	(876.121)	(368.136)	(1.244.257)
Resultado do exercício de 2014	(a)	(743.777)	(37.660)	(781.437)
Consolidado				
<u>Passivo não Circulante</u>				
Impostos e contribuições a recolher	(a)	242.547	405.796	648.343
<u>Patrimônio Líquido</u>				
Prejuízos acumulados até 2013	(a)	(876.121)	(368.136)	(1.244.257)
Resultado do exercício de 2014	(a)	(743.777)	(37.660)	(781.437)

(a) Reversão de ajuste referente ao REFIS

		Posição contábil em 30/09/2014	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 30/09/2014
RESULTADO DO PERÍODO				
Controladora				
Equivalência patrimonial	(a)	(334.242)	(36.264)	(370.506)
Despesas financeiras	(b)	(177.212)	(6.330)	(183.542)
Consolidado				
Despesas financeiras	(c)	(280.861)	(42.594)	(323.455)

- a) Efeito líquido dos ajustes na controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A por conta de ajuste referente ao recálculo da dívida das Debêntures, bem como Reversão de ajuste referente ao REFIS nas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A
- b) Ajuste referente ao recálculo das dívidas bancárias de acordo com o contrato original, bem como Reversão ajuste REFIS.

c) Ajuste referente ao recálculo das dívidas bancárias e Reversão do ajuste REFIS (item "b"), bem como ajuste contabilizado na controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A referente ao recálculo da dívida das Debêntures de acordo com o contrato original e Reversão ajuste REFIS nas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir,

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

Descrição	30/09/2015	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Divida Bancária	42.942	33.054	53.677	64.413
Exposição Líquida - R\$ Mil	42.942	33.054	53.677	64.413
Exposição Líquida - US\$ Mil	10.809	10.809	10.809	10.809
Taxa Dólar	3,97	3,06	4,97	5,96

Cenário I: Variação de taxa na média atual do dólar

Cenário II: Variação de 25% na taxa do dólar

Cenário III: Variação de 50% na taxa do dólar

Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 10,8 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Controladora				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	2.649	18	-	2.667	Fornecedores (f)	19.493	19.493
Contas a receber (b)	-	16.217	-	16.217	Empréstimos e financ. (g)	886.122	886.122
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.780	-	32.780	Debêntures (h)	110.083	110.083
Títulos a receber (d)	-	-	-	-	Títulos a pagar (i)	30.631	30.631
Outros créditos (e)	-	-	1.586	1.586	Outras contas a pagar (j)	18.635	18.635
Total Circulante	2.649	49.015	1.586	53.250	Total Circulante	1.064.964	1.064.964
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financ. (g)	390	390
Títulos e valores mobiliários (c)	-	11.265	-	11.265	Títulos a pagar (i)	26.367	26.367
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	15.096	15.096
Total Não Circulante	-	19.521	-	19.521	Total Não Circulante	41.853	41.853
TOTAL GERAL	2.649	68.536	1.586	72.771	TOTAL GERAL	1.106.817	1.106.817

Ativos financeiros em 30 de setembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Controladora				Passivos financeiros em 30 de setembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	1.462	18	-	1.480	Fornecedores (f)	24.187	24.187
Contas a receber (b)	-	16.634	-	16.634	Empréstimos e financ. (g)	412.150	412.150
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.779	-	32.779	Debêntures (h)	114.359	114.359
Títulos a receber (d)	-	-	-	-	Títulos a pagar (i)	30.631	30.631
Outros créditos (e)	-	-	5.656	5.656	Outras contas a pagar (j)	52.967	52.967
Total Circulante	1.462	49.431	5.656	56.549	Total Circulante	634.294	634.294
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financ. (g)	488.574	488.574
Títulos e valores mobiliários (c)	-	12.423	-	12.423	Títulos a pagar (i)	26.754	26.754
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	17.923	17.923
Total Não Circulante	-	20.679	-	20.679	Total Não Circulante	533.251	533.251
TOTAL GERAL	1.462	70.110	5.656	77.228	TOTAL GERAL	1.167.545	1.167.545

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. (Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira Diques) e da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 8 itens “b” e “c”.

(d) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidos pela variação do IGP-M e com vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.

(e) Outros Créditos

Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), aos créditos pela venda pela IESA Projetos de parte da participação societária na TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A..

(f) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(h) Debêntures

O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.

(i) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGPM.

(j) Outras contas a pagar

Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 6- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Bancos Conta Movimento	18	18	5.946	1.994
Aplicação Financeira	1.462	2.649	1.657	2.839
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.480	2.667	7.603	4.833

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 7 – CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Cientes Interno	29.028	28.633	256.281	228.909
Cientes Externo	-	8	7.944	2.565
Empresas Ligadas	-	-	-	246
PCLD (Provisão para Perdas)	(11.912)	(11.942)	(95.105)	(33.143)
Total	17.116	16.699	169.120	198.577
Circulante	16.634	16.217	131.810	161.267
Não circulante	482	482	37.310	37.310

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Debêntures Ibrafem (a)	12.423	11.189	71.616	70.382
Outras Aplicações e Títulos (b)	32.779	32.856	32.804	32.881
	45.202	44.045	104.420	103.263
Circulante	32.779	32.780	32.804	32.805
Não circulante	12.423	11.265	71.616	70.458

a) O valor de R\$ 71.616 no consolidado (R\$ 70.382 em 31/12/2014) refere-se, principalmente a 46.060 debêntures não conversíveis em ações de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010, sendo 7.320 debêntures pertencentes a Inepar e 38.740 debêntures pertencentes a Iesa Transportes S.A. - em Recuperação Judicial.

Conforme Ata da 1ª Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Particular de Debêntures Não Conversíveis, emitida em 29/11/2012, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018.

b) Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS). Os valores serão pagos em 94 parcelas com vencimentos mensais a partir de 05/10/2014.

NOTA 9 – ESTOQUES

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Produtos em elaboração	2.010	1.236
Insumos e materiais	154.382	157.498
Adiantamentos a fornecedores	46.981	78.889
Importações em andamento	122.318	137.958
	325.691	375.581

O saldo de estoques em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 10 – TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Créditos com Prefeitura de Chapecó (b)	-	-	17.646	17.912
Outros créditos	-	-	138	17
	7.774	7.774	25.558	25.703
Circulante	-	-	17.664	17.929
Não circulante	7.774	7.774	7.894	7.774

a) Os valores lançados na rubrica de créditos com terceiros referem-se, principalmente, aos créditos contra a DNOS – Depto Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão favorável.

b) O valor de R\$ 17.646, lançado no consolidado, refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e está contabilizado na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda.

NOTA 11 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Imposto de renda e cont. social diferido (a)	34.792	17.953	34.792	17.953
Impostos e contribuições a compensar	3.997	4.350	5.633	8.872
ICMS a recuperar	53	53	4.452	2.073
IPI a recuperar	974	974	1.515	1.355
Pis/Cofins Lei 9.718/98	8.439	8.439	8.439	8.439
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (b)	20.020	15.737	33.410	20.566
Impostos e contribuições retidos na fonte	165	154	4.298	6.398
IRPJ Diferido s/ Diferenças Temporárias	28.351	41.355	50.927	64.709
CSLL Diferido s/ Diferenças Temporárias	10.206	14.888	18.334	23.295
Créditos tributários transferidos de terceiros (c)	14.946	-	21.654	-
Demais Créditos (d)	10.756	10.245	18.200	14.546
	132.699	114.148	201.654	168.206
Circulante	27.311	12.314	51.390	28.090
Não circulante	105.388	101.834	150.264	140.116

a) Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos, na controladora, referem-se aos créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social reconhecidos até o montante dos débitos da provisão de IRPJ e CSLL constituída em 2004 sobre a Reserva de Reavaliação (nota 22.1).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados junto à Receita Federal do Brasil.

c) Refere-se aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A, que foram transferidos para a Inepar S.A. Indústria e Construções, quando da venda da participação acionária da AHI realizada neste exercício. Estes créditos estão sendo utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014. Para a utilização destes créditos a Inepar obteve parecer favorável da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara-SP.

d) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS junto à Receita Federal do Brasil.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Adiantamento a Empregados	87	133	3.338	2.435
Créditos com empresas constit. em SCP (a)	-	-	8.847	8.847
Adiantamento a Fornecedores	4.843	1.013	5.231	1.053
ND a Emitir / Receber	241	-	2.002	500
Valores a Receber - venda participação TIISA (b)	-	-	31.295	60.335
Créditos com a Central Cia. Transporte (c)	-	-	16.293	16.293
Outros	485	440	3.376	4.251
	5.656	1.586	70.382	93.714
Circulante	5.656	1.586	27.060	33.350
Não circulante	-	-	43.322	60.364

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).

b) Refere-se à venda pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial, de 32,47% da participação societária da TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial.

c) Refere-se à ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística.

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Participação em controladas/coligadas (a)	338.280	363.136	380.393	423.755
Saldo de ágio apurado em Investimento (b)	162.374	162.374	162.374	162.374
Bens não operacionais (c)	376	376	376	376
Propriedade para Investimentos (d)	-	-	32.765	32.765
Outros investimentos (e)	2.616	2.616	3.304	3.304
	503.646	528.502	579.212	622.574

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
					30/09/2015	31/12/2014
<u>Controladas/Coligadas</u>						
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A. (i)	200.809	(333.134)	(77.512)	(77.512)	-	-
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (ii)	146.174	41.562	(11.936)	(5.968)	-	26.749
Companhia Brasileira de Diques S.A. (iii)	2.637	341.897	(10.345)	(5.143)	169.992	171.838
Penta Participações e Investimento Ltda. (iv)	230.601	166.723	3.739	3.739	166.723	162.984
Inepar Equip. e Montagens S.A.	191.423	(228.849)	49.085	49.085	-	-
Innovida Participações S.A.	12.541	1.565	-	-	1.565	1.565
				(35.799)	338.280	363.136
	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em	Participação no capital votante em %		
	O . N.	P. N.	%			
<u>Controladas/Coligadas</u>						
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00		
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	49,72	49,72		
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00		
Inepar Equip. e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00		
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00		

(i) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliações emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

Tendo em vista a IESA apresentar Patrimônio Líquido negativo em 30 de setembro de 2015, a Inepar constituiu provisão até a totalidade do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 25.

(ii) Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

a) Aumento de Capital

a1) A acionista Inepar S.A. Indústria e Construções subscreveu e integralizou 6.246.331 ações, parte em bens devidamente avaliados no valor de R\$ 8.769 e parte em notas promissórias, estas no total de R\$ 20.638, vencendo a primeira nota promissória em 30/06/2008, no valor de R\$ 10.715, sendo que a mesma foi liquidada na mesma data do seu vencimento, e o saldo dividido em 10 notas promissórias, vencendo a primeira em 31/12/2008 e as demais nos anos seguintes.

As notas promissórias vencidas em 31/12/2008, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013 e 31/12/2014 encontram-se quitadas.

A2) Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2014, foi deliberado o aumento do Capital Social no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais).

O Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara concedeu liminar em favor da Inepar S/A. Indústria e Construções (“INEPAR”) suspendendo os efeitos da deliberação de aumento de capital no importe de sessenta milhões de reais aprovada em Assembleia geral extraordinária da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (“AHI”), da qual a INEPAR é acionista, Assembleia aquela ocorrida em 24/07/2014.

A liminar foi mantida no último dia 04/11 pelo Desembargador Fortes Barbosa do Tribunal de Justiça de São Paulo que somente delimitou sua abrangência no sentido de tornar indisponível

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

momentaneamente as novas ações subscritas e também momentaneamente suspender o direito de voto correspondente às referidas ações.

Em 13 de fevereiro de 2015 foi assinado contrato de compra e venda de ações em que a Inepar S.A Indústria e Construções vende à Andritz Brasil Ltda a totalidade de sua participação na Andritz Hydro Inepar S.A. representadas por 29.046.870 ações pelo valor de R\$ 52.500. Com a efetivação da venda da participação que a Inepar possuía na Andritz, o processo descrito acima está sendo encerrado.

(iii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de Junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. foi reduzida para 49,72%.

(iv) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT.

b) Saldo de ágio apurado em investimento

Refere-se ao ágio apurado sobre recompra de 44.997.530 ações preferenciais da Inepar Energia S.A.(sociedade incorporada) junto ao BNDESPAR, por conta do exercício de direito de venda estipulado no contrato de “*put option*”. Este ágio está fundamentado por expectativa de rentabilidade futura nas operações das Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT, principal operação da sociedade incorporada Inepar Energia S.A., e foi apurado com base em Laudo apresentado por empresa especializada.

c) Bens não operacionais

Referem-se a imóveis (terrenos) de propriedade da Companhia.

d) Propriedade para Investimentos

Correspondem aos imóveis localizados nas cidades de Magé e Macaé no Estado do Rio de Janeiro e em São Vicente no Estado de São Paulo, que foram transferidos pela controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial. Conforme distrato de 01/10/2014, os imóveis acima foram devolvidos a IESA Óleo & Gás S.A.-em recuperação judicial.

e) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A..

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
	0%	25%	10% a 40%	10%		2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2014									
Custo	20.129	197.815	25.061	2.426	12	13.585	4.940	3.989	267.957
Depreciação Acumulada	-	(80.254)	(23.571)	(2.403)	(12)	(9.897)	(4.929)	(1.767)	(122.833)
Valor contábil líquido	20.129	117.561	1.490	23	-	3.688	11	2.222	145.124
Baixas	-	-	(95)	-	-	-	-	-	(95)
Depreciação	-	(3.002)	(145)	(2)	-	(1.930)	(1)	-	(5.080)
Baixas da Depreciação	-	-	41	-	-	-	-	-	41
Saldo Final	20.129	114.559	1.291	21	-	1.758	10	2.222	139.990
Em 30 de Setembro de 2015									
Custo	20.129	197.815	24.966	2.426	12	13.585	4.940	3.989	267.862
Depreciação Acumulada	-	(83.256)	(23.675)	(2.405)	(12)	(11.827)	(4.930)	(1.767)	(127.872)
Valor contábil líquido	20.129	114.559	1.291	21	-	1.758	10	2.222	139.990
Consolidado									
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 14%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2014									
Custo	29.741	231.687	235.938	10.062	2.161	19.104	22.467	86.084	637.244
Depreciação Acumulada	-	(86.159)	(103.789)	(7.258)	(1.611)	(11.359)	(13.799)	(1.767)	(225.742)
Valor contábil líquido	29.741	145.528	132.149	2.804	550	7.745	8.668	84.317	411.502
Adições	-	-	134	-	-	-	220	-	354
Baixas	-	-	(6.822)	(22)	-	(37)	(113)	-	(6.994)
Depreciação	-	(3.350)	(7.490)	(329)	-	(2.140)	(1.089)	-	(14.398)
Baixas da Depreciação	-	-	3.122	11	-	37	104	-	3.274
Saldo Final	29.741	142.178	121.093	2.464	550	5.605	7.790	84.317	393.738
Em 30 de Setembro de 2015									
Custo	29.741	231.687	229.250	10.040	2.161	19.067	22.574	86.084	630.604
Depreciação Acumulada	-	(89.509)	(108.157)	(7.576)	(1.611)	(13.462)	(14.784)	(1.767)	(236.866)
Valor contábil líquido	29.741	142.178	121.093	2.464	550	5.605	7.790	84.317	393.738

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste período, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Agio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2014			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Saldo Final	-	391.513	391.513
Em 30 de setembro de 2015			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO

	Marcas e Patentes	Acervo Técnico	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2014						
Custo	247	5.000	937	34.076	425.485	465.745
Amortização Acumulada	(247)	-	(488)	(6.030)	-	(6.765)
Valor contábil líquido	-	5.000	449	28.046	425.485	458.980
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	(33.972)	(33.972)
Amortização	-	-	(66)	(1.966)	-	(2.032)
Saldo Final	-	5.000	383	26.080	391.513	422.976
Em 30 de setembro de 2015						
Custo	247	5.000	937	34.076	391.513	431.773
Amortização Acumulada	(247)	-	(554)	(7.996)	-	(8.797)
Valor contábil líquido	-	5.000	383	26.080	391.513	422.976

No valor de R\$ 425.485 no consolidado lançado na rubrica de ágio sobre investimentos, está incluso o valor de R\$ 33.972 referentes à compra da participação, em 2011, na TIISA – Triunfo Iesa Infraestruturas S.A. pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e foi gerado em função da expectativa de rentabilidade futura. Em virtude da baixa de toda a participação da Companhia na TIISA, o ágio foi baixado integralmente para o resultado.

O valor de R\$ 391.513, lançado na rubrica de Ágio sobre Investimentos, refere-se à compra, em 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques S.A., conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças. Conforme já comentado na nota explicativa nº 4, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 e IFRS 11, vigentes a partir de 2013, as companhias TIISA e CBD não serão mais contempladas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ágios serão integralmente classificados e apresentados no intangível.

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfiz o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em novembro de 2014, para fins de constar no Plano de Recuperação Judicial, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), permanece com valorização de R\$ 650 milhões, correspondente à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Adiantamento de Câmbio		-	-	14.114
Arrendamentos Financeiros		-	15.632	12.602
Ativo Permanente	54.290	528.262	73.876	697.124
Capital de Giro	71.918	71.918	266.836	115.422
Investimento	285.942	285.942	285.942	285.942
Custos com transf. Financeiras	-	-	(299)	(1.788)
Total Circulante	412.150	886.122	641.987	1.123.416

Não Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Adiantamento de Câmbio		-	23.356	-
Arrendamentos Financeiros	488.343	-	492.718	9.949
Ativo Permanente	231	390	231	1.990
Capital de Giro		-	-	12.221
Custos com trans. Financeiras		-	(127)	(309)
Total Não Circulante	488.574	390	516.178	23.851
Total de Empréstimos e Financiamentos	900.724	886.512	1.158.165	1.147.267

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Vencidos	397.737	885.909	595.914	946.309
Em até 12 meses	14.413	213	45.490	94.205
De 1 a 2 anos	38.231	390	43.711	87.814
De 2 a 3 anos	64.410	-	66.356	18.939
De 3 a 4 anos	87.103	-	89.049	-
De 4 a 5 anos	108.879	-	110.826	-
Acima de 5 anos	189.951	-	206.819	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	900.724	886.512	1.158.165	1.147.267

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Reais - R\$	900.724	886.512	1.115.223	1.118.648
Dólar Norte-Americano - US\$	-	-	42.942	28.619
Total de Empréstimos e Financiamentos	900.724	886.512	1.158.165	1.147.267

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,97 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 2,66 em 31 de dezembro 2014).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 17 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA/ CONSOLIDADO)

Emissão	Empresa	Saldo	Adições/	Variação	Saldo
		31/12/2014	Baixas	Monetária	30/09/2015
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	110.083	-	4.276	114.359
	SALDO CONTROLADORA	110.083	-	4.276	114.359
1ª	Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	455.961	-	-	455.961
	SALDO CONSOLIDADO	566.044	-	4.276	570.320

Na Controladora

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial

A 80ª AGE, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5ª AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais da amortização programada serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Até 30 de setembro de 2015, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 114.359.

Conforme deliberação da 22ª Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão, realizada em 16 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

No Consolidado

Primeira emissão Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial (subsidiária integral)

Em novembro de 1998, foram emitidas e totalmente subscritas 48.571 debêntures de série única, conversíveis em ações preferenciais, com garantia flutuante, no montante de R\$ 36.810.

A emissão das debêntures foi aprovada nas 4.ª e 5.ª AGE de 19 de agosto e de 09 de outubro de 1998, respectivamente, e registrada na CVM sob o n.º SEP/GER-2/DCA-98/043, em 19 de novembro de 1998. Através da Ata da 27ª Assembleia Geral Extraordinária, a Inepar Equipamentos aprovou o reescalonamento dos débitos junto ao BNDES, assumindo o compromisso de efetuar a amortização dos débitos em 120 prestações mensais, acrescidos de juros de 4% a.a acima da TJLP.

As atualizações foram calculadas de acordo com as cláusulas contratuais do contrato original, desconsiderando o acordo aprovado na 27ª AGE de 09 de junho de 2011, citada no parágrafo anterior. As atualizações estavam sendo reconhecidas com base em acordos informais com o BNDES levando-se em consideração os sucessos nas negociações anteriores onde foram excluídas, principalmente, as aplicações de multa e mora sobre os valores devidos. Este ajuste, por envolver valores de anos anteriores, motivou a reapresentação das demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	346.218	439.454	393.439	593.896
ICMS a recolher/Parcelamentos	33.842	32.095	42.383	33.942
INSS a recolher/Parcelamentos	3.550	3.346	20.228	98.748
PIS/COFINS Diferidos	505	387	10.618	11.331
ISS a recolher/Parcelamentos	6.831	6.596	17.378	16.703
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	5.122	17.290	38.369	67.154
Impostos e Contribuições retidos na fonte	-	-	3.130	2.704
IRPJ e CSLL Parcelamento	-	-	-	6.577
Parcelamento Refis lei 12.996/14 (b)	35.378	-	173.321	-
Outros	6.766	5.397	13.662	19.164
	438.212	504.565	712.528	850.219
Circulante	188.385	54.376	274.250	201.876
Não Circulante	249.827	450.189	438.278	648.343

a)Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da RFB. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014. Os valores contabilizados anteriormente nos montantes de R\$ 277.450 na controladora e R\$ 346.925 no consolidado foram regularizados neste trimestre.

O valor de R\$ 393.439, referente ao total dos débitos inclusos no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 está composto pelas Companhias:

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	346.218
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	34.270
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	12.951
TOTAL	393.439

b)Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, estão sendo reconhecidos neste exercício tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou em agosto de 2014 os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27 de julho de 2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados quando a Receita Federal do Brasil disponibilizar o sistema operacional para este fim. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 58.341 e R\$ 21.003 respectivamente.

O valor de R\$ 173.321, referente ao total dos débitos inclusos no Parcelamento Especial da Lei 12.996/14 está composto pelas Companhias:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	35.378
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	108.008
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	29.935
TOTAL	173.321

NOTA 19 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	6.515	7.290
ISS s/Receitas	-	-	1.129	1.169
Custos a Incorrer	-	-	339.255	341.526
	2.303	2.303	346.899	349.985
Circulante	-	-	344.596	347.682
Não Circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

O valor de R\$ 339.255, no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás, cujo contrato encontra-se suspenso aguardando negociação junto ao cliente Petrobrás.

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 21 - TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (a)	5.540	5.154	5.540	5.154
Cia. Siderúrgica Nacional (b)	23.299	23.299	23.299	23.299
ZF Hurt (c)	-	-	4.843	3.524
AAP - Atlântico Agropastoril Ltda (d)	27.420	27.420	27.420	27.420
Outros	1.126	1.125	1.264	1.125
	57.385	56.998	62.366	60.522
Circulante	30.631	30.631	34.794	33.024
Não Circulante	26.754	26.367	27.572	27.498

a) Valores devidos à Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.(nova razão social da GE Hydro Inepar do Brasil S.A.), por conta da subscrição de 6.246.331 ações ordinárias efetuada em 04 de fevereiro de 2008, com vencimentos em 10 parcelas anuais, sendo que a primeira parcela foi liquidada em 31/12/2008 e as demais em 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013 e 31/12/2014.

b) Refere-se ao processo Judicial movido pela CSN. O passivo foi constituído em 1998 pela compra da participação da Fem, formando assim a Inepar-Fem Equipamentos e Montagens, atual Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial. Em 27 de março de 2009, foi assinado entre a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e a

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, instrumento particular de confissão de dívidas e outras avenças, definindo novos valores e condições de pagamentos.

- c) Refere-se à importação de materiais utilizados na execução do contrato do Metrô-SP, pela controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial. A Companhia negociou novas condições de pagamento.
- d) Refere-se à compra de Direitos Creditórios com vencimentos mensais, à partir de 05/10/2014 até 05/07/2022. Estes valores serão utilizados para liquidação de processos tributários.

NOTA 22 – IMPOSTOS DIFERIDOS

22.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora						
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos			
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2014	17.954	56.243	74.197	17.952	56.886	(641)	74.197
Constituição dos Tributos	17.427	-	17.427	-	-	12	12
Baixa dos Tributos	(589)	(17.685)	(18.274)	(464)	(395)	-	(859)
Em 30 de setembro de 2015	34.792	38.558	73.350	17.488	56.491	(629)	73.350

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos					
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2014	30.449	75.510	105.959	17.952	5.265	5.387	74.480	12.319	115.403
Constituição dos Tributos	17.566	-	17.566	-	1.503	193	-	1.200	2.896
Baixa dos Tributos	(1.019)	(18.452)	(19.471)	(464)	(1.184)	(1.691)	(1.152)	(63)	(4.554)
Em 30 de setembro de 2015	46.996	57.058	104.054	17.488	5.584	3.889	73.328	13.456	113.745

22.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Lucro Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.730	(446.222)	(83.795)	(464.102)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	(5.348)	-	(6.661)	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(6.824)	(124.361)	(10.133)	(65.423)
Prejuízo Fiscal	79.344	-	168.177	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.172	125.972	22.973	73.909
IRPJ / CSLL no Resultado	79.344	1.611	174.356	8.486
Tributos Correntes	395	416	1.031	1.332
Tributos Diferidos	78.949	1.195	173.325	7.154
Alíquota Efetiva	-504,41%	0,36%	-208,07%	-1,83%

NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. No exercício de 2014 a empresa procedeu ao encontro de contas e a liquidação dos saldos habilitados como quirografários entre as empresas do grupo Inepar que se encontram em Recuperação Judicial, através da cessão de créditos entre as empresas, compensação entre saldos devedores e credores, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

A ratificação dos lançamentos foi aprovada pela Assembleia dos Credores realizada em 13 de maio de 2015.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 30 de setembro de 2015:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a Receber de		Mútuos	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	766	-	-
Penta Participações Ltda	-	-	-	105
Inepar Equip. e Mont. S.A.	-	-	15	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	8.878	2.146
Inepar Equipos e Montagens - Créditos Fiscais Transf.	-	-	28.505	-
IESA - Óleo & Gás S.A - Créditos Fiscais Transf.	-	-	5.002	-
IESA - Proj. Equip. Montag. S.A. - Créditos Fiscais Transf.	-	-	28.980	-
Afac Companhia Brasileira de Diques S.A.	-	-	-	15.000
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	-	-	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	-	-	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	-	-	646	646
	-	766	87.323	33.194
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Títulos a Pagar		Mútuo	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
IESA Proj. Equip. Mont. S.A.	-	-	77.181	1.101
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	1.993	-	-
IESA Óleo & Gás S.A.	-	-	62.017	55.984
Inepar Equip. e Mont. S.A.	-	-	270.085	270.085
Penta Participações e Investimentos Ltda	-	-	3.549	-
Demais Empresas	-	-	20	20
	-	1.993	412.852	327.190
	Passivo Não Circulante			
	Títulos a Pagar			
	30/09/2015	31/12/2014		
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	3.161		
	-	3.161		
	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	Receitas Financeiras		Despesas Financeiras	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
IESA Proj. Equip. Mont. S.A.	-	3.317	1.171	-
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	-	-	482
IESA Óleo & Gás	-	739	76	5.991
Inepar Equip. Mont S.A	-	599	-	-
Inepar Trading S.A.	-	1.370	-	-
Penta Participações Ltda	15	4.866	128	-
	15	10.891	1.375	6.473

Mútuos: a tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo 31/12/2014	Adições/ Baixas	Varição Monetária	Saldo 30/09/2015
ATIVO				
Empresas				
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	15	-	15
AFAC - Companhia Brasileira de Diques S.A.	15.000	(15.000)	-	-
Penta Participações Ltda.	105	(120)	15	-
Inepar Administração e Participações S.A.	2.146	6.732	-	8.878
Inepar Equipos e Montagens - Créditos Fiscais Transf.	-	28.505	-	28.505
IESA - Óleo & Gás S.A - Créditos Fiscais Transf.	-	5.002	-	5.002
IESA - Proj. Equip. Montag. S.A. - Créditos Fiscais Transf.	-	28.980	-	28.980
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	-	9.891
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	-	5.400
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	-	6
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	-	646
	33.194	54.114	15	87.323
PASSIVO				
IESA - Óleo & Gás S.A (a)	55.984	5.957	76	62.017
IESA - Proj. Equip. Montag. S.A. (b)	1.101	74.909	1.171	77.181
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (c)	270.085	-	-	270.085
Penta Participações e Investimentos Ltda	-	3.421	128	3.549
Demais Empresas	20	-	-	20
	327.190	84.287	1.375	412.852

- Refere-se aos valores a pagar decorrentes da compra de 86.659 ações ordinárias da Companhia Brasileira de Diques pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, cujo crédito foi transferido para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial.
- Refere-se, principalmente, aos recebíveis registrados na controlada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A que foram envolvidos na negociação da venda da participação da Inepar na Andritz conforme descrito na nota explicativa nº 13.
- Refere-se a transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.

NOTA 24 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	30/09/2015		31/12/2014	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	402	28.474	402	28.474
Tributárias	122.519	7.423	122.519	7.423
Cíveis	193.312	43.843	193.312	185.260
	316.233	79.740	316.233	221.157

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trabalhistas – reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 28.876 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento. Neste semestre, efetuamos baixa de alguns processos que serão incluídos no Refis.

Cíveis – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Processos em Discussão Judicial

a) A Companhia foi parte em um processo arbitral instaurado no âmbito de um contrato de construção de uma usina hidrelétrica. No referido processo, a Companhia alegou razões imprevistas de ordem topográfica e geológica, surgidas no curso da execução das obras civis de engenharia. No processo, a Companhia pretendeu o ressarcimento dos custos extraordinários incorridos e adicional de prazo para execução dos trabalhos. O proprietário da usina não atendeu a pretensão da Companhia, rescindiu unilateralmente o contrato e ocupou o canteiro de obras. Naquele momento, noventa e cinco por cento (95%) das obras já se encontravam concluídas, inclusive de acordo com relatório da ANEEL, sendo que os principais equipamentos encontravam-se 100% fornecidos e instalados, restando apenas a montagem de alguns poucos itens, além de parte das obras civis. Foi então instaurado procedimento arbitral, sendo que a proprietária da usina apresentou reconvenção, na qual pretendia receber as multas contratuais e ressarcimento dos custos pagos a terceiros para a conclusão das obras. Entre os três árbitros nomeados, um deles votou favoravelmente à Inepar, através de fundamentos sólidos e consistentes, reconhecendo o direito da Companhia. No entanto, os outros dois árbitros votaram desfavoravelmente à empresa, decidindo pela obrigação de ressarcimento ao proprietário da usina por conta das multas contratuais e principalmente despesas que supostamente teriam sido gastas com terceiros para conclusão das obras. Ocorre que tais fundamentos utilizados pelos dois árbitros que votaram desfavoravelmente à Inepar são absolutamente inconsistentes. Apenas para se ter uma idéia, referidos árbitros reconheceram em favor do proprietário da usina custos para a conclusão de 6,55% das obras (saldo de escopo deixado pela Inepar) em quantia superior ao valor devido contratualmente à Inepar pelo avanço da execução das obras realizadas pela empresa (93,45%).

Diante de uma série de flagrantes vícios identificados na sentença arbitral, e pelo próprio voto divergente citado acima, a Companhia ajuizou ação judicial de nulidade da sentença arbitral junto ao Poder Judiciário. Na opinião dos assessores jurídicos da Inepar, estes entendem pelo êxito possível da mencionada ação judicial e com base nesta opinião a Inepar não vinha contabilizando uma provisão específica para esta demanda. Em 31 de dezembro de 2014, no entanto, decidiu-se pela contabilização do valor de R\$141 milhões por conta do entendimento da administradora judicial Delloitte de fazer constar a dívida na Lista de Credores do Grupo Inepar.

Visando o encerramento do litígio judicial entre Itiquira Energética S/A e a Inepar S/A Indústria e Construções, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em tramite perante a 34ª Vara Cível do Fórum Central da Capital, foi acordado que a empresa de seguros Swiss Re Corporate Brasil Seguros pagará a Itiquira Energética S/A. o valor de R\$ 35 milhões e se sub-rogará contra a Inepar no valor de R\$ 27,5 milhões. Caberá, portanto, à Inepar efetuar o pagamento de R\$ 27,5 milhões no prazo de 8 anos em parcelas mensais, o que resultou na reversão parcial da provisão R\$ 141 milhões constituída em 31 de dezembro de 2014, lançada na conta “Provisões para contingências” na demonstração do resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2015.

b) A Companhia foi condenada em um processo arbitral estrangeiro movido pela empresa italiana SPIE ENERTRANS, tendo a sentença já sido homologada no Brasil pelo Superior Tribunal de Justiça, estando neste momento em fase de execução perante a Justiça Federal de São Paulo, execução aquela

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que por sua vez continua suspensa em razão do deferimento do pedido de recuperação judicial da Companhia no último dia 15 de setembro pelo Juízo da Primeira Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Cível da Comarca de São Paulo - Capital.

NOTA 25 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo á descoberto no montante total R\$ 561.983 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

NOTA 26 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Consbem	-	-	2.508	2.508
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	5.335	2.402
Delft	-	-	3.045	2.866
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas	601	3.901	2.568	6.172
TIISA	-	-	4.182	4.182
RTT Participações	-	-	4.381	4.781
Participações nos lucros propostos	-	-	4.820	5.739
Bressa Participações	-	-	8.320	1.977
Alstom	-	-	-	7.000
Gesempre Gestão Empresarial S.A.	-	-	1.946	-
Banco Brasil Plural	-	-	12.141	-
Outras contas a pagar	5.350	11.830	12.637	22.662
Indústria Verolme	-	15.000	-	15.000
Swiss Re Corporate (a)	25.723	-	25.723	-
Andritz Hydro (b)	36.216	-	36.216	-
	70.890	33.731	126.822	78.289
Circulante	52.967	18.635	102.951	57.252
Não circulante	17.923	15.096	23.871	21.037

a) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litúgio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

b) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro por conta da transferência de créditos tributários bloqueados pela Receita Federal do Brasil, e que estão sendo utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.

NOTA 27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social**

Capital Social e Destinação dos Resultados

O Capital Social integralizado é de R\$ 398.977, formado por 39.892.065 ações ordinárias e 63.136.159 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias,

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

c) Destinação do Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 28 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	30/09/2015	30/09/2014
		REAPRESENTADO
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	60.387	(282.457)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	34.687	(162.244)
	95.074	(444.701)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136	63.136
Quantidade de ações ordinárias emitidas	39.892	39.892
Total	103.028	103.028
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	0,956	(4,474)
Ação ordinária	0,870	(4,067)

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 29 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Vendas Mercado Interno	18.601	30.690	291.836	217.979
Vendas Mercado Externo	-	-	18.057	281.338
(-) Devoluções e Abatimentos	-	-	(9.171)	(5.296)
(-) Impostos sobre as Vendas	(678)	(2.839)	(27.620)	(16.522)
Receita de Ven das	17.923	27.851	273.102	477.499

NOTA 30 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

O saldo das despesas registradas no consolidado no montante de R\$ 78.906 (R\$ 68.070 em 30/09/2014) refere-se, principalmente, aos resultados líquidos das vendas das participações na Andritz Hydro Inepar S.A e Inepar Telecomunicações S.A (R\$ 9.941), baixa da participação acionária que a Iesa Projetos detinha no capital da TIISA (R\$ 39.136), bem como o reconhecimento da dívida que resultou no encerramento do litígio judicial com a Itiquira Energética S.A. (R\$ 27.500).

NOTA 31 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Despesas Financeiras				
Juros s/impostos e contribuições	(38.960)	(33.955)	(83.950)	(65.016)
Juros/Despesas bancárias	(18.498)	(77.565)	(34.972)	(179.321)
Fianças bancárias	-	(447)	(1)	(447)
Atualizações de Mútuos Passivos	(1.375)	(6.473)	(2.734)	(730)
Variação monetária passiva	(11.262)	(21.010)	(11.297)	(22.708)
Outras despesas financeiras	-	(44.072)	(15.103)	(48.015)
Variações cambiais	-	(20)	(15.279)	(7.218)
	(70.095)	(183.542)	(163.336)	(323.455)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1.595	839	3.184	10.640
Receitas atualização debêntures	1.157	728	1.157	3.767
Juros auferidos	183	313	382	965
Variações monetárias ativas	49	9.706	945	11.067
Atualizações de Mútuos Ativos	15	11.013	2.107	11.338
Outras receitas financeiras	12.133	90.680	52.493	117.349
Variações cambiais	47	58	4.677	10.748
	15.179	113.337	64.945	165.874
	(54.916)	(70.205)	(98.391)	(157.581)

Estão incluídos nas despesas financeiras os valores referentes, principalmente a:

- Atualização dos empréstimos e financiamentos;
- Atualização das debêntures;
- Atualização monetária dos impostos e contribuições vencidos, bem como sobre os valores dos impostos parcelados;

Os valores de receitas financeiras referem-se às atualizações sobre títulos e valores mobiliários, rendimento sobre aplicação financeira e descontos obtidos.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 32 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques.

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP, atualmente utilizada pela IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a Companhia adquiriu “seguros performance”, que garantem o ressarcimento de até R\$ 111.098 de eventuais multas contratuais.

Principais coberturas/limites máximos de indenização validos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	157.000	De 10/10/2014 a 10/10/2015

Limite máximo de garantia da apólice R\$ 157.000

NOTA 33 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Salários	1.816	3.345	74.679	133.743
Gastos Previdenciários	1.369	1.289	14.034	20.138
Participação nos resultados	57	230	57	230
Total	3.242	4.864	88.770	154.111
Número de Empregados	66	96	1.665	3.216

NOTA 34 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Remuneração Conselho	1.083	223	1.111	246
Remuneração de Diretores	1.569	2.585	8.131	11.194
Previdência Privada	-	-	-	249
Total	2.652	2.808	9.242	11.689

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 35 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado Em 30 setembro de 2015	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Comp. Reativa	leso- Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	112.388	18.855	13.258	165.391	309.892
Impostos/Deduções	(14.340)	(696)	(2.865)	(18.889)	(36.790)
Custos dos Produtos e Serviços	(77.262)	(2.796)	(8.174)	(138.819)	(227.051)
Margem Bruta	20.786	15.363	2.219	7.683	46.051

NOTA 36 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

	Controladora	
Circulante	30/09/2015	31/12/2014
Clientes	17.116	16.699
AVP s/Clientes	(69)	(44)
Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber	17.047	16.655
Fornecedores	24.187	19.493
AVP s/Fornecedores	(310)	(47)
Saldo de Fornecedores	23.877	19.446

	Controladora	
Demonstração do Resultado	30/09/2015	30/09/2014
Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente	95.074	(444.701)
	REAPRESENTADO	
Receita Bruta – Ajuste	(69)	(22)
Custo dos Produtos Vendidos - Ajuste	310	643
Receitas Financeiras		
. AVP Clientes	61	21
Despesas Financeiras		
. AVP Fornecedores	(310)	(3)
Ajuste dos Impostos Diferidos		
. Constituição do Ajuste	(82)	(219)
. Realização do Ajuste	(84)	1
Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente	94.900	(444.280)

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de Capital

Aprovado através da 84ª AGE de 25/11/2015 o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 83.978.731,76 (oitenta e três milhões, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos) mediante emissão particular de 23.732.367 novas ações.

O aumento do capital se dará mediante a capitalização dos créditos detidos pelos credores quirografários contra a Companhia cujo valor total é incontroverso, conforme manifestação dos credores que optaram pela conversão de seus créditos em ações da Companhia, nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Emissões de Debêntures

Aprovado através da 84ª AGE de 25/11/2015 a 6ª e 7ª emissões de debêntures sendo:

- 6ª emissão – Valor total de R\$ 167.233.703,00, na quantidade de 167.233.703 novas debêntures de 1ª série com o valor unitário de R\$ 1,00.
- 7ª emissão – Valor total de R\$ 66.433.635,00, na quantidade de 66.433.635 novas debêntures de 1ª série com o valor unitário de R\$ 1,00.

As debêntures serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos detidos em face da Companhia, de acordo com a manifestação dos credores que optaram por converter seus créditos nos termos do Plano de Recuperação Judicial, bem como autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à realização de referidas emissões.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Warley Isaac Noboa Pimentel – Diretor Presidente

Ricardo Woitowicz – Diretor Comercial

Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Valdir Lima Carreiro

Cesar Romeu Fiedler

Irajá Galliano Andrade

Jauneval de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Marcelo Alves Varejão

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (continuação)

Aos

Acionistas e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

i) Recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, em 29 de agosto de 2014 a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05. O referido pedido, deferido em 15 de setembro de 2014, estabeleceu 24 de novembro de 2014 como data-limite para apresentação do plano de recuperação à Assembleia de Credores, o que foi cumprido.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação. Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar. De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores deverão formalizar a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, prazo este encerrado em 25 de julho de 2015. Foram realizadas Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e 25 de novembro de 2015, visando as emissões das ações e debêntures necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial. Portanto, os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures serão refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES - continuação

Aos
Acionistas e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de atividades. A Companhia apresentou, em 30 de setembro de 2015, passivo à descoberto de R\$ 1.396.787 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 765.413 mil. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva da Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Mútuo a receber de pessoa ligada – Sodefem Equipamentos e Montagens S.A.

Em 30 de setembro de 2015 encontra-se registrado, no grupo de Partes Relacionadas, ativo não circulante, nas informações contábeis consolidadas, saldo de mútuo de R\$ 131.027 mil com a sociedade Sodefem Equipamentos e Montagens S.A., também em recuperação judicial. A realização deste saldo está vinculada a execução do plano de recuperação judicial, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às informações contábeis intermediárias, a Companhia mantém registrados saldos a receber de R\$ 12.423 mil e de R\$ 71.616 mil nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, respectivamente, referentes a debêntures não conversíveis emitidas pela Ibrafem Estruturas Metálicas S.A. que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sodefem Equipamentos e Montagens S.A.. A realização desse saldo a receber de debêntures está vinculada a execução do plano de recuperação judicial, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (continuação)

Aos
Acionistas e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo – SP

Reapresentação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 e das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, o balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, incorporando a) ajuste da despesa financeira lançada na demonstração do resultado consolidada, com vistas à correção de erro do ano de 2011 ocasionado pela reversão indevida de parte do saldo devido com base em acordo discutido, mas não formalizado, com os subscritores das debêntures emitidas pela sociedade controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A.; b) estorno da reversão realizada de forma inadequada no exercício de 2013 de passivos incluídos no Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) que não estavam em consonância com a referida Lei, bem como reconhecimento como despesa financeira dos juros incorridos no exercício de 2014 sobre os passivos revertidos em 2013. Revisamos e concordamos com esses ajustes.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária, individual e consolidada, do valor adicionado referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de dezembro de 2015.

EDUARDO A. DE VASCONCELOS
CONTADOR – CRC-1SP166001/O-3

CELSO L. DA C. LOBO
CONTADOR - CRC-1SP251526/O-6

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CRC-2SP016754/O-1